Resultado Legislativo Semanal

 Semana de 18 a 22 de Setembro de 2017

CONGRESSO NACIONAL

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |   Não houve temas de interesse deliberados no Plenário.  |
| MEDIDAS PROVISÓRIAS |   A reunião da Comissão Mista de Medida Provisória (CMMPV), realizada na terça-feira (19), às 14h30, debateu a [**MPV nº 789/2017**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2017/medidaprovisoria-789-25-julho-2017-785248-norma-pe.html) que altera a [**Lei nº 7.990/1989**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7990-28-dezembro-1989-372285-norma-pl.html) e a [**Lei nº 8.001/1990**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8001-13-marco-1990-372557-norma-pl.html) para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. A Sessão contou com a presença dos convidados Fernando Ramos Nôbrega, José Luiz Amarante Araújo e Victor Hugo Froner Bicca. Na quinta-feira (21) foi recebido o Ofício nº 789/2017/SGM/P da Câmara dos Deputados comunicando ao Presidente da CMMPV, Senador Paulo Rocha (PT/PA), que o prazo final para o recebimento da MPV nº 789/2017 por aquela Casa é até o dia 07 de Novembro de 2017. Em outra reunião da CMMPV, realizada também na terça (19), às 16h, foi debatida a [**MPV nº 790/207**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2017/medidaprovisoria-790-25-julho-2017-785249-norma-pe.html)que altera o [**Decreto-Lei nº 227/1967**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-227-28-fevereiro-1967-376017-norma-pe.html) (Código de Mineração) e a [**Lei nº 6.567/1978**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6567-24-setembro-1978-365772-norma-pl.html) que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências. A sessão contou com a participação dos convidados Rodrigo Paranhos Faleiro, Edson Ribeiro e Amaro Salmo Rosa. No dia 21 (quinta) foi recebido o Ofício nº 790/2017/SGM/P da Câmara dos Deputados comunicando a Presidente da CMMPV, Giovania de Sá (PSDB/SC), que o prazo final para o recebimento da MPV nº 790/2017 por aquela Casa é até o dia 07 de Novembro de 2017. |

SENADO FEDERAL

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |   A Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal, realizada na terça-feira (19), às 14h, tinha como destaque a deliberação do [PLS 206/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129782) que altera as Leis [nº 9.096/1995](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9096-19-setembro-1995-368874-norma-pl.html) (Lei dos Partidos Políticos) e [nº 9.504/1997](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-norma-pl.html) (Lei Geral das Eleições) para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, permitir a propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão, e restringir o horário eleitoral gratuito aos canais de rádio e de televisão de responsabilidade do poder público. No entanto, a discussão foi suspensa devido ao parecer de plenário proferido pelo Senador Armando Monteiro (PTB/PE) pela prejudicialidade dos [PLS 82/2013](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/111670), [142/2015](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120239) e [108/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128847) e pelo prosseguimento da tramitação do [PLC 202/2015.](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124341) **Foi transferido para a Sessão Deliberativa do dia 26 (terça-feira)** o debate do [PDS 160/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130514) que susta os efeitos do [Decreto nº 9.142/2017](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9142-22-agosto-2017-785364-norma-pe.html) que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, localizada no Pará e no Amapá. **Pendente de parecer da CCJ e tramita em conjunto com os** [PDS nº 169/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130598)**,** [nº 170/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130641) **e** [nº 171/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130642)**.**  |

CÂMARA DOS DEPUTADOS

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |   Em Sessão Deliberativa Extraordinária realizada na quarta-feira (20), à 17h35, foi adiada a continuação da votação da [PEC nº 282/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2118401) (que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição) em face do encerramento da Sessão. Na Sessão Deliberativa Extraordinária realizada na quarta-feira (20), às 22h55, foi aprovado por unanimidade o [REQ 7280/2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152133), do deputado Carlos Zarattini (PT/SP), que requer regime de urgência na apreciação do [PL nº 8612/2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2151995) que altera a [Lei nº 9.096/1995](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9096-19-setembro-1995-368874-norma-pl.html) (Lei dos Partidos Políticos), a [Lei nº 9.504/1997](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-norma-pl.html) (Lei Geral das Eleições), a [Lei nº 4.737/1965](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4737-15-julho-1965-356297-norma-pl.html) (Código Eleitoral), a [Lei nº 13.165/2015](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13165-29-setembro-2015-781615-norma-pl.html) (Minirreforma Eleitoral de 2015) e a [Lei nº 5.768/1971](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5768-20-dezembro-1971-357812-norma-pl.html), com o objetivo de promover ampla reforma no ordenamento político-eleitoral. |

|  |
| --- |
| PAUTA NAS COMISSÕES |

EDUCAÇÃO

|  |  |
| --- | --- |
| EDUCAÇÃO INDÍGENA | Senado Federal |Comissão de Educação (CE) | 19 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15[PLS 737/15](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124008) – A apreciação da matéria que institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena foi adiada. O relatório é pela aprovação do projeto. |
| ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | **Senado Federal |Comissão de Educação (CE) | 19 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**PLS 124/16**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125243) - Altera a lei que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES) para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado. O relatório é pela aprovação do projeto. **Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento para a realização de Audiência Pública de instrução do Projeto.** |
| EDUCADOR SOCIAL | **Senado Federal |Comissão de Assuntos Sociais (CAS) | 20 (quarta), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9**[**PLS 328/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529) - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educadora e Educador Social, relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas, com atuação dentro ou fora dos âmbitos escolares, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. O relatório é pela aprovação do projeto. **A deliberação sobre o tema foi adiada.** |
| EDUCADOR SOCIAL  | **Câmara dos Deputados |CJC| 19 (terça) às 14h:30, Anexo II, Plenário 01.**[**PL 5346/2009**](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437196) - que "dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências".O parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. **Foi aprovado o parecer com voto contrário do Deputado Marcos Rogério.**  |
| POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  | **Câmara dos Deputados |CE| 20 (quarta) às 9h:30, Anexo II, Plenário 10.**

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
|  [**PL 1733/2015**](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1301025)  - que "altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima e à proteção da biodiversidade na Política Nacional de Educação Ambiental". O parecer é pela aprovação, com substitutivo. **Foi aprovado o parecer.** |

 |
| DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO  | **Câmara dos Deputados |CSSF| 20 (quarta) às 9h:30, Anexo II, Plenário 07**[**PL 3625/2015** –](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2055016)  “estabelece Diretrizes para o acesso ao direito social à educação e para a priorização dos ideais de coletividade, de solidariedade, do trabalho voluntário e dá outras providências". **O relatório é pela aprovação. A matéria foi retirada de pauta pelo relator.** |
| FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL | **Câmara dos Deputados |CFT| 30 (quarta) às 10h:00, Anexo II, Plenário 04**[**PL 1228/2015 –**](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1215076) "institui o **fundo Nacional de Educação Ambiental - FNEA** e dá outras providências". O Relatório é pela **compatibilidade e adequação financeira e orçamentária,** com emenda de adequação; e, no mérito, pela aprovação. **A matéria não foi deliberada face o encerramento da reunião por acordo dos líderes.** |

FILANTROPIA

|  |  |
| --- | --- |
| IMPENHORABILIDADE DE BENS FILANTRÓPICOS | Câmara dos Deputados |Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)| 19 (terça) às 14h30, Anexo II, Plenário 01[PL 5675/2016 –](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2089375) Foi aprovada a redação final do projeto que dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.  |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA  | **Câmara dos Deputados |Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)| 21 (quinta) às 09h30, Anexo II, Plenário 07*****Audiência pública para debater a instituição do Dia Nacional da Filantropia.***A audiência foi realizada e durou cerca de uma hora e meia. Estavam presentes os convidados: deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Custódia Pereira, Mauricio Pereira e Paulo Fossatti. Também participaram da reunião a deputada Conceição Sampaio (PP/AM), o deputado Antonio Brito (PSD/BA) e a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).(Requerimento nº 592/2017 do deputado Antônio Brito - PSD/BA). |

JUVENTUDE

|  |  |
| --- | --- |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA  | Câmara dos Deputados |Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)| 19 (terça) às 10h, Anexo II, Plenário 11*Audiência pública para debater a implementação do pacto pela proteção das crianças e dos adolescentes firmado entre a CBF, clubes esportivos e a CPI - Exploração sexual de crianças e adolescentes.*A audiência presidida pelo deputado Paulão (PT/AL), iniciada às 11h02, durou cerca de duas horas e contou com a participação dos convidados: Breiller Pires, Regina Duarte da Silva e Alexandre Montrimas. Também participaram da reunião o deputado Luiz Couto (PT/PB), a deputada Janete Capiberibe (PSB/AP) e o deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA).(Requerimento nº 11/2017, da deputada Érika Kokay - PT/DF) |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA | **Câmara dos Deputados |Comissão de Educação (CE)| 19 (terça) às 10h, Anexo II, Plenário 10*****Audiência pública destinada a debater as Políticas Públicas voltadas para a Juventude do Brasil.***A audiência presidida pelo deputado Rafael Motta se iniciou às 10h38 e durou cerca de duas horas e meia. Estavam presentes os convidados Francisco de Assis Costa Filho, Anderson Pavin Neto, Marcos Vinícius Barão, Bruna Brelaz e Samuel Oliveira. Participaram da audiência os deputados Lincoln Portela (PRB/MG), Victor Mendes (PSD/MA), Darcísio Perondi (PMDB/RS), Aliel Machado (REDE/PR).(Requerimento nº 347/17, do deputado Rafael Motta - PSB/RN) |
| ALTERA O FUNCAB  | **Câmara dos Deputados |Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)| 19 (terça) às 14h30, Anexo II, Plenário 01**[**PL 2868/2004 –**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=150749) **Foi aprovado o relatório** do deputado Daniel Vilela (PMDB/GO), que era pela aprovação do projeto que altera a [**Lei nº 7.560/1986**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7560-19-dezembro-1986-368151-publicacaooriginal-1-pl.html) (Lei do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso - FUNCAB) para estabelecer que o valor de todo e qualquer bem imóvel ou infungível constituirá recurso do FUNCAB sendo que, quando se tratar de bens fungíveis e coisas deterioráveis será realizado leilão público.A matéria segue agora para o Senado Federal. |
| SEMANA NACIONAL DE COMBATE À SEXUALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | **Câmara dos Deputados | Comissão de Constituição e Cidadania (CCJC)|****19 (terça) às 14h30, Anexo II, Plenário 01**[**PL 1454/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1230259) **–**  **O parecer do relator, Antonio Bulhões (PRB/SP), pela aprovação com substitutivo do projeto que institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes foi lido em plenário pelo deputado Pastor Eurico (PHS/PE).** No entanto, não teve deliberação porque o deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) pediu vista da matéria. |
| VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS PRÓXIMAS A ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO | **Câmara dos Deputados |Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) | 20 (quarta) às 09h30, Anexo II, Plenário 05**[**PL 1052/2015 –**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1198830)**O relator da matéria, deputado Goulart (PSD/SP), pediu retirada de pauta do projeto** que dispõe sobre a restrição da venda de bebidas alcoólicas a uma distância mínima de 3 quilômetros de estabelecimentos, públicos e privados, de ensino fundamental, médio e superior. O relatório é pela rejeição deste e do [**PL 4089/2015**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075572), apensado.  |
| ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI DO PRONATEC | **Câmara dos Deputados |Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público| 20 (quarta) às 10h, Anexo II, Plenário 12**[**PL 5345/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085145) **– Não foi deliberado e estará na pauta da próxima sessão da comissão o projeto do deputado** [Laudivio Carvalho (SD/MG](http://www.camara.gov.br/Internet/Deputado/dep_Detalhe.asp?id=5310484)) que acrescenta à [**Lei nº 12.513/2011**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-norma-pl.html) (Lei que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec) dispositivo que estimula a participação das mulheres e jovens que residem em assentamentos da reforma agrária em cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação. |
| INFORMAÇÕES SOBRE MANDATOS DE PRISÃO REFERENTE AOS CRIMES COMETIDOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTE | **Câmara dos Deputados |Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) | 20 (quarta) às 15h, Anexo II, Plenário 06**[**PL 2319/2015 –**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1570608) **Devido ao cancelamento da Sessão, a CSPCCO não deliberou o projeto do deputado** [**Roberto Alves (PRB/SP**](http://www.camara.gov.br/Internet/Deputado/dep_Detalhe.asp?id=5310289)**)** que cria incentivos para a prestação de informações que levem ao cumprimento de mandados de prisão referentes a crimes cometidos contra criança e adolescente. |
| REQUER AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR RELATÓRIO SOBRE O PRONATEC | **Senado Federal |Comissão de Educação (CE) | 19 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**RCE 50/2017 –**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130852) **Foi aprovado pela CE o requerimento do Senador Roberto Muniz (PP/BA)** que requer a realização de duas audiências públicas e de uma reunião técnica, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir a elaboração do relatório de avaliação de política pública dedicado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). |
| DEBATE SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR | Senado Federal |Comissão de Educação (CE) | 20 (quarta) às 09h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15***Audiência pública para debater sobre a Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e o combate às desigualdades educacionais.***A audiência durou cerca de duas horas e meia e contou com a participação dos convidados José Francisco Soares, José Francisco de Almeida Pacheco, André Duarte Stábile, Cleuza Rodrigues Repulho, Guiomar Namo de Mello, Ricardo Coelho.RCE nº 41/2017, do Senador Cristovam Buarque |

MEIO AMBIENTE

|  |  |
| --- | --- |
| Meio Ambiente | Senado Federal | CMA | 19 (terça), às 10h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 *Audiência pública para debater o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e dos Programas de Regularização Ambiental (PRA).*Vale ressaltar a importância dessa audiência, considerando o fato que governo federal lançou em junho deste ano o Programa de Regularização Ambiental, que tem por objetivo regularizar a situação de produtores rurais que têm passivos ambientais. Já o Pagamento por Serviços Ambientais é um instrumento que incentiva iniciativas de preservação ambiental e que vem crescendo significativamente no país. (Requerimentos nº 13/17, do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e 26/17 do senador Wellington Fagundes (PR/MT)) |
| Amazônia | Senado Federal | CRA | 19 (terça), às 11h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7[**PLS 509/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122555) - **Foi rejeitado pela CRA o projeto, do senador Senador Acir Gurgacz (PDT/RO),** que amplia o alcance das ações de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. **O relatório aprovado foi o do senador Valdir Raupp (PMDB/RO), pela prejudicialidade.** A matéria segue à CCJ em decisão terminativa. |
| Licenciamento Ambiental | **Senado Federal | CDR | 19 (terça), às 14h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13**Especialistas do setor elétrico que participaram de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) afirmaram, nesta terça-feira (19), que a privatização da Eletrobrás deve aumentar a conta de luz dos brasileiros e colocar em risco a segurança hídrica de grande parte da população.A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) explicou que, com a privatização, o governo vai revogar a [Lei 12.783/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/l12783.htm). A lei permitiu uma redução no valor da energia cobrado pelas geradoras, que passaram a vender a preço de custo. Esses valores foram repassados para as distribuidoras do país inteiro na forma de cotas. Por causa dessa lei, segundo Fátima Bezerra, 15% do total de energia elétrica do país é vendida, atualmente, com um preço ¼ mais baixo do que o preço de mercado.A questão da segurança hídrica também foi destacada no debate. De acordo com os participantes, se o capital privado, provavelmente estrangeiro, passar a controlar a Eletrobrás, a gestão das águas também ficará em suas mãos.Na mesma linha, Nelson José Moreira, membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), considerou inapropriado o governo se desfazer de uma estatal brasileira e deixar todos os parques hídricos do país na mão de uma estrangeira.O professor da UFRJ, Luiz Pinguelli, explicou que a privatização no setor elétrico não resolverá o problema do déficit nas contas públicas. Segundo ele, o que se espera apurar na venda da Eletrobrás é algo em torno de R$ 20 bilhões a R$ 30 bilhões enquanto o rombo das contas públicas já chega a R$ 150 bilhões.Luiz Pinguelli citou exemplos mundiais de empresas estatais eficientes e fez um apelo ao governo para que não faça a privatização às pressas. O ex-presidente da Eletrobrás pediu para o governo abrir uma discussão, inclusive técnica, sobre o assunto e dar um tempo para que se possa chegar a uma conclusão mais firme sobre privatizar ou não o setor elétrico. |
| Meio Ambiente | **Câmara dos Deputados | CAPADR | 19 (terça), às 10h, Anexo II, Plenário 06*****Audiência pública para discutir o impacto causado pelas restrições dispostas na Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014 e ouvir as partes afetadas a fim de encontrar soluções para os problemas causados pela mesma à cadeia produtiva pesqueira no Espírito Santo.***A audiência, presidida pelo deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES), autor do requerimento, durou cerca de 1h30 e contou com a presença dos convidados: José Amaury da Silva Maia, Ugo Eichler Vercillo, Rosana Subirá e Elielma Borcem. Além disso, participou da audiência o deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP).(Requerimento nº 386/17, do deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES). |
| Licenciamento Ambiental | **Câmara dos Deputados | CME | 20 (quarta), às 9h30, Anexo II, Plenário 14**[**PL 7813/17**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2140385)- **Devido à ausência do relator, deputado Abel Mesquita Jr. (DEM/RR), a CME não deliberou o projeto, do deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR)**, que trata da avaliação e do aproveitamento de potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica em terras indígenas. |
| Amazônia  | **Câmara dos Deputados | CINDRA | 20 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 15**[**PL 4131/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075715)- A CINDRA, porque concedeu vista ao deputado Zé Geraldo (PT/PA), não deliberou o projeto, de autoria do deputado Augusto Carvalho (SD/DF), que concede compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal e das regiões abrangidas pelo Cerrado, pela manutenção de áreas cobertas por florestas.  |
| Licenciamento ambiental | **Câmara dos Deputados | CMADS | 20 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 02**[**PL 5106/16**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082673) - **A CMADS aprovou o projeto, de autoria do deputado Carlos Henrique Gaguim (PODE/TO)**, que torna obrigatória a utilização de percentuais mínimos de energia oriunda de fontes renováveis em projetos de irrigação pública. A matéria vai à CCJC.O relatório aprovado foi o do deputado Daniel Coelho (PSDB/PEC), pela aprovação com uma emenda. |
| Licenciamento Ambiental | **Câmara dos Deputados | CAPADR | 20 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 06**[**PL 7145/17**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2125882) - A CAPADR rejeitou o projeto, de autoria do deputado Francisco Floriano (DEM/RJ), que aperfeiçoa a sistemática adotada pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). A matéria vai à CINDRA.**O relatório aprovado foi o do relator, deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), pela rejeição**. Ademais, vale ressaltar que o deputado João Daniel (PT/SE) apresentou voto em separado. |
| Meio Ambiente | **Câmara dos Deputados | CDEICS | 21 (quinta), às 9h30, Anexo II, Plenário 05*****Audiência para debater o projeto de criação da EmbrapaTec, matéria objeto do PL nº 5.243/16.*** A audiência foi presidida pelo deputado Helder Salomão (PT/ES), autor do requerimento, e contou com a presença dos convidados Antoninho Rovaris, Reginaldo Minaré, Antonio Maciel Botelho Machado, Mario Artemio Urchei, Marcelo Augusto Boechat Morandi, Raul Osório Rosinha e outros. O Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, não compareceu.Além disso, a audiência contou com a presença do deputado Marcos Reategui (PSD/AP).(Requerimento nº 113/17 do deputado Helder Salomão (PT/ES)) |
| Meio Ambiente | **Câmara dos Deputados | CMADS | 21 (quinta), às 9h30, Anexo II, Plenário 08*****Audiência pública para discutir o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 427/16) que susta a lista de espécies da fauna ameaçadas de extinção.***Os ambientalistas e um Procurador de Justiça defenderam a derrubada de uma proposta que suspende a lista de animais ameaçados de extinção e que devem ser protegidos. Ademais, o deputado Marcelo Álvaro Antônio (PR/MG) destacou que vai apresentar um voto em separado contrário a esse projeto. A justificativa do deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), autor do PDC 427, é que o tema deveria ser tratado por lei, e não por portaria. Uma das razões, segundo ele, é que a norma cria um novo tipo de crime ambiental para quem descumprir as regras relativas aos animais em extinção, sem alterar a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98).(Requerimento nº 182/17, do deputado Marcelo Álvaro Antônio (PR/MG)) |
| Licenciamento Ambiental | **Câmara dos Deputados | CFT e CME | 21 (quinta), às 10h, local a definir**A Audiência Pública que ocorreria nesta quinta (21/09) fruto dos Requerimentos 336/2017-CFT e 161/2017-CME, ambos do Deputado Mário Negromonte Jr. **foi cancelada.** O tema da Audiência seria “Privatizações de Usinas Hidrelétricas”.Foram convidados:* Senhor Fernando Coelho Filho, Ministro de Estado de Minas e Energia;
* Senhor Dyogo Oliveira, Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
* Senhor Wilson Ferreira Junior, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras;
* Senhor Sinval Zaidan Gama, Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.
 |